



14789952



08007.003298/2020-11



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Divisão de Licitações

RESPOSTA IMPUGNAÇÃO N° 01

1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de Pedido de impugnação n.º 01 ao Edital do Pregão Eletrônico nº 08/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para, por demanda, fornecer, aplicar e analisar teste rápido COVID 19 de sorologia, para detecção de anticorpos IGM e IGG, pela metodologia de imunocromatografia, a ser aplicado nos servidores e colaboradores do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), lotados em Brasília, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. O pedido de impugnação (14771362) foi encaminhado no dia 27/05/2021, às 15:49, por meio de correspondência eletrônica, **Centro Médico de Check Up LTDA, CNPJ nº 14.465.981/0001-57:**

1.3. Diante disso, passa-se à análise da admissibilidade e, por conseguinte, do mérito da exordial impugnatória.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Com fulcro no artigo 56 da Lei n.º 9.784 de 29 de janeiro de 1999, passa-se a verificação da presença dos pressupostos de admissibilidade da impugnação:

2.1.1. Da Legitimidade: o artigo 58, inciso IV da Lei n.º 9.784/1999 afirma que têm legitimidade para interpor recurso administrativo os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos. Desse modo, atesta-se a legitimidade da exordial impugnatória;

2.1.2. Da Competência: constata-se que no bojo da petição de impugnação foi observado o endereçamento para autoridade condutora do certame, conforme promana o artigo 56, § 1º da lei do processo administrativo;

2.1.3. Do Interesse: há o interesse em impugnar o edital, o que constitui o requisito extrínseco do peça inicial;

2.1.4. Da Motivação: foram devidamente apresentados as razões e fundamentos para o pedido.

2.1.5. Da Tempestividade: cumpre consignar que o pedido foi apresentado tempestivamente e na forma exigida, nos termos dos artigo 24 do Decreto nº 10.024/2019.

3. DOS PEDIDOS DO IMPUGNANTE

3.1. Alega o impugnante, em síntese:

III.1 DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DE CLÁUSULA QUE IMPONHA A VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES QUE GOZEM DE ISENÇÃO E/OU IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, OU AINDA QUE SEJAM CUSTEADOS POR CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAIS E/OU REPASSES DE VERBAS PÚBLICAS QUANDO O OBJETO DA LICITAÇÃO DIFERIR DO SEU OBJETO ESTATUTÁRIO, COMO AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPs):

(...)

Por conseguinte, seguindo o recente entendimento do TCU, expresso no Acórdão n.º 2426/2020-TCU-Plenário, de que se deve harmonizar a vedação da participação de entidades sem fins lucrativos com os preceitos constitucionais e legais estabelecidos (Art. 3º, caput e art. 5º, caput, da Lei 8.666/1993) e com entendimentos jurisprudenciais do TCU: Acórdãos n.º 746/2014, n.º 1.406/2017 e n.º 2.847/2019, todos do Plenário desta Corte de Contas. Conclui-se que não só as OSCIPs, mas todos os licitantes que gozem de isenção e imunidade tributária ou qualquer outra condição que possa violar o princípio da isonomia, como por exemplo, o recebimento de recursos públicos e/ou contribuições parafiscais, devem demonstrar que o objeto licitado está de acordo com os seus objetivos estatutários específicos.

Igualmente, conclui-se que há a necessidade de inclusão no edital de cláusula que vede a participação de licitante que goze de isenção e/ou imunidade tributária, ou ainda que seja custeado por contribuições parafiscais e/ou repasses de verbas públicas, quando o objeto da licitação diferir do objeto estatutário do licitante, como é o caso das OSCIPs (**grifo nosso**).

III.2 – DA NECESSIDADE DE EXIGIR DA LICITANTE A DEMONSTRAÇÃO DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO DE LABORATÓRIO CLÍNICO:

O referido edital exige em seu item 10.8.7.1. a apresentação de “Apresentação da licença sanitária emitida pelo órgão competente de vigilância sanitária, que comprove liberação específica para atuar no ramo de fornecimento e aplicação de exames laboratoriais, conforme RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC No 302, DE 13 DE OUTUBRO DE 2005 da ANVISA;”, entretanto, não especifica que o licenciamento sanitário deverá ser exclusivamente para o exercício de atividade de laboratório clínico.

O objeto do edital é “a contratação de empresa especializada para, por demanda, fornecer, aplicar e analisar teste rápido COVID19 de sorologia, para detecção de anticorpos IGM e IGG, pela metodologia de imunocromatografia”. Nesse sentido, resta claro que o objeto do edital é a contratação de laboratório clínico, não se admitindo a contratação de mero posto de coleta.

Ao mesmo tempo, a referência “empresa especializada” pode induzir o Licitante a erro, uma vez que as únicas empresas especializadas autorizadas por lei a aplicar, analisar e emitir laudo de teste rápido COVID-19 de sorologia, para detecção de anticorpos IGM e IGG, pela metodologia de imunocromatografia são laboratórios clínicos.

Assim, deve-se complementar o item 10.8.7.1. do edital para que fique expresso que a licença sanitária a ser apresentada é de laboratório clínico, não se admitindo a de mero posto de coleta.

Conforme definições contidas na Resolução – RDC/ANVISA n.º 302, de 13 de outubro de 2005 (Doc. n.º 3), em seu item 4.26, a definição de laboratório clínico é: “serviço destinado à análise de amostras de paciente, com a finalidade de oferecer apoio ao diagnóstico e terapêutico, compreendendo as fases pré-analítica, analítica e pós-analítica.”

Ao mesmo tempo, a definição de posto de coleta laboratorial está contida no item 4.33 e consiste em: “serviço vinculado a um laboratório clínico, que realiza atividade laboratorial, mas não executa a fase analítica dos processos operacionais, exceto os exames presenciais, cuja realização ocorre no ato da coleta.” Ou seja, um posto de coleta laboratorial deve sempre estar vinculado a um laboratório clínico para a prestação de um serviço completo (além da coleta), incluindo para a prestação do objeto licitado.

Ou seja, laboratório clínico e posto de coleta laboratorial não se confundem e o referido edital tem como objeto a contratação de laboratório clínico e, por isso, deve exigir a apresentação de licença sanitária para exercer atividades de laboratório clínico, não admitindo a de mero posto de coleta.

III.3 – DA NECESSIDADE DE EXIGIR DA LICITANTE A DEMONSTRAÇÃO DE REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA, OU AO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA OU AO CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA:

Conforme a RDC ANVISA n.º 302, de 13 de outubro de 2005, em seu item 4.37 define que o conceito de Responsável Técnico, veja-se:

4.37 Responsável Técnico - RT: Profissional legalmente habilitado que assume perante a Vigilância Sanitária a Responsabilidade Técnica do laboratório clínico ou do posto de coleta laboratorial.

Por sua vez, o item 51.2 define expressamente que o laboratório clínico e o posto de coleta laboratorial devem possuir um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, observe-se:

51.2 O laboratório clínico e o posto de coleta laboratorial devem possuir um profissional legalmente habilitado como responsável técnico.

Por fim, para a emissão do laudo laboratorial é necessário a participação do responsável técnico do estabelecimento, conforme item 4.28 da RDC ANVISA n.º 302, de 13 de outubro de 2005, veja-se:

4.28 Laudo laboratorial: Documento que contém os resultados das análises laboratoriais, validados e autorizados pelo responsável técnico do laboratório ou seu substituto.

Nesse sentido, os profissionais legalmente habilitados a assumirem perante a Vigilância Sanitária a Responsabilidade Técnica do laboratório clínico ou do posto de coleta laboratorial podem ser médicos, farmacêuticos ou biomédicos.

Observe-se o que dispõe o Decreto n.º 20.931 de 11 de janeiro de 1932, que em seu artigo 24 define que:

Art. 24 Os institutos hospitalares de qualquer natureza, públicos ou particulares, os laboratórios de análises e pesquisas clínicas, os laboratórios de soros, vacinas e outros produtos biológicos, os gabinetes de raios X e os institutos de psicoterapia, fisioterapia e ortopedia, e os estabelecimentos de duchas ou banhos medicinais, só poderão funcionar sob responsabilidade e direção técnica de médicos ou farmacêuticos, nos casos compatíveis com esta profissão, sendo indispensável para o seu funcionamento, licença da autoridade sanitária.

Por fim, o Decreto n.º 74.170 de 10 de junho de 1974, que em seu artigo 33 define que:

Art 33. A responsabilidade técnica pelo laboratório de análise clínicas caberá a farmacêutico bioquímico ou a outro igualmente autorizado por lei.

Sendo que, conforme o Parecer n.º 80/98 do Conselho Federal de Medicina (Doc. n.º 4), aprovado em Reunião da Diretoria do dia 30/04/1998, se um laboratório é dirigido tecnicamente (direção técnica) por um médico, então, tal laboratório deverá ser registrado perante o Conselho Regional de Medicina e não perante o Conselho Regional de Farmácia. Ao mesmo tempo, se o laboratório é dirigido tecnicamente por um farmacêutico, então, tal laboratório deverá ser registrado perante o Conselho Regional de Farmácia e não perante o Conselho Regional de Medicina. Analogamente, também se aplica tal interpretação caso o estabelecimento seja dirigido tecnicamente por um biomédico.

Nesse sentido, qualquer empresa licitante que vá realizar testes moleculares tipo RT PCR e testes sorológicos tipo (IgM e IgG) (metodologia quimioluminescência), para a detecção de COVID-19 deve, por força do Decreto n.º 20.931/1932, do Decreto n.º 74.170/1974 e da RDC ANVISA n.º 302, de 13

de outubro de 2005, se registrar perante o Conselho Regional de Medicina, ou o Conselho Regional de Farmácia ou o Conselho Regional de Biomedicina do Distrito Federal, que é a localidade em que os serviços serão realizados.

Nesse passo, forçoso fazer constar no supracitado edital a exigência de demonstração de certificado de registro de responsabilidade técnica da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Medicina, ou ao Conselho Regional de Farmácia ou ao Conselho Regional de Biomedicina do Distrito Federal como requisito de qualificação técnica.

III.4 – DA NECESSIDADE DE EXIGIR DO LICITANTE A DEMONSTRAÇÃO DO CADASTRO NO CADASTRO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES):

A portaria n.º 1.646, de 2 de outubro de 2015 do Ministério da Saúde Institui o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e define que:

Art. 4º O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são obrigatórios para que todo e qualquer estabelecimento de saúde possa funcionar em território nacional, devendo preceder aos licenciamentos necessários ao exercício de suas atividades, bem como às suas renovações.

Dessa forma, novamente é cogente reconhecer que a empresa licitante que vá prestar serviços descritos no objeto do edital deve, por força da portaria n.º 1.646, de 2 de outubro de 2015 do Ministério da Saúde, possuir registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Nesse diapasão, necessário fazer constar no supracitado edital a exigência de demonstração de comprovação de cadastro da empresa licitante junto ao CNES como requisito de qualificação técnica.

IV – PEDIDOS

Por todo o exposto, requer a Vossa Senhoria:

a) O conhecimento da presente impugnação de Edital para que, em seu mérito, seja julgado procedente: (i) a inclusão de cláusula que veda a participação de licitante que goze de isenção e/ou imunidade tributária, ou ainda que seja custeado por contribuições para fiscais e/ou repasses de verbas públicas, quando o objeto da licitação diferir do seu objeto estatutário, como as OSCIPs; (ii) a alteração do item 10.8.7.1. do edital, para que se exija a demonstração de licenciamento sanitário de laboratório clínico, não se admitindo a de mero posto de coleta e (iii) a exigência de demonstração de certificado de registro de responsabilidade técnica da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Medicina, ou ao Conselho Regional de Farmácia ou ao Conselho Regional de Biomedicina do Distrito Federal, local em que o serviço será prestado; e a (iv) exigência de demonstração de inscrição no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES);

b) A retificação do edital licitatório do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Pregão Eletrônico n.º 08/2021, para que se determine (i) a inclusão de cláusula que veda a participação de licitante que goze de isenção e/ou imunidade tributária, ou ainda que seja custeado por contribuições para fiscais e/ou repasses de verbas públicas, quando o objeto da licitação diferir do seu objeto estatutário, como as OSCIPs; (ii) a alteração do item 10.8.7.1. do edital, para que se exija a demonstração de licenciamento sanitário de laboratório clínico, não se admitindo a de mero posto de coleta e (iii) a exigência de demonstração de certificado de registro de responsabilidade técnica da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Medicina, ou ao Conselho Regional de Farmácia ou ao Conselho Regional de Biomedicina do Distrito Federal, local em que o serviço será prestado; e a (iv) exigência de demonstração de inscrição no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES);

c) Acaso Vossa Senhoria entenda que o Edital Licitatório n.º 08/2021 não deva ser reformado, requer que os autos sejam encaminhados à Autoridade Competente para apreciação do pedido de reforma retroconsignado.

4. DA ANÁLISE E DA MANIFESTAÇÃO

DA INCLUSÃO DE CLÁUSULA QUE VEDA A PARTICIPAÇÃO DE LICITANTE QUE GOZE DE ISENÇÃO E/OU IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, OU AINDA QUE SEJA CUSTEADO POR CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAIS E/OU REPASSES DE VERBAS PÚBLICAS, QUANDO O OBJETO DA LICITAÇÃO DIFERIR DO SEU OBJETO ESTATUTÁRIO, COMO AS OSCIPS:

4.1. Em síntese, a impugnação defende a impossibilidade de uma pessoa jurídica constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos participar de licitações públicas.

4.2. Extrai do item 5.2 Edital do Pregão que:

5.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação

5.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

5.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017);

5.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.3. Nos termos do art. 12, parágrafo único da IN SEGES/MP nº 5/2017, a vedação à participação de entidades sem fins lucrativos ocorre nos "processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa", devendo a Administração fazer o enquadramento a partir do objeto a ser contratado e adotar ou não a cláusula acima.

4.4. Conforme se depreende dos itens 5.2, mormente nos subitens 5.2.7 e 5.2.8 do Edital, já consta a vedação à participação de entidades sem fins lucrativos, na forma dos normativos vigentes, não sendo necessária a alteração ou inclusão de cláusulas no Edital em comento.

DA EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO DE LABORATÓRIO CLÍNICO:

4.5. Haja vista a necessidade de manifestação da área técnica, os autos foram endereçados ao setor demandante, que se pronunciou por meio da Nota Técnica nº **5/2021/DIPS/CDHO/CGGP/SAA/SE/MJ** (14780517), sendo assim consubstanciada:

4.5.1. A obrigatoriedade de apresentação de documento que comprove o licenciamento sanitário de laboratório clínico consta nos itens 5.1.4 e 19.5.1 do Termo de Referência desta contratação, nos seguintes termos:

5.1.4 A CONTRATADA deve possuir licença sanitária para exercer a atividade de laboratório.

19.5.1 Apresentar licença sanitária emitida pelo órgão competente de vigilância sanitária, que comprove **liberação específica para atuar no ramo de fornecimento e aplicação de exames laboratoriais**, conforme RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 302, DE 13 DE OUTUBRO DE 2005 da ANVISA. (Grifo nosso)

4.5.2. Conforme destacado no Termo de Referência, a exigência de licença sanitária para exercer a atividade de laboratório encontra respaldo na RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.

4.5.3. Assim, esclareça-se que a apresentação de licença sanitária para exercer atividade de laboratório clínico constitui, indubitavelmente, requisito da contratação e critério para seleção do fornecedor, conforme exigência constante nos itens do 5.1.4 e 19.5.1 do Termo de Referência.

DA EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA EMPRESA LICITANTE JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA, OU AO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA OU AO CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DO DISTRITO FEDERAL:

4.5.4. O presente certame envolve a contratação de serviço para fornecer, aplicar e analisar teste rápido COVID 19 de sorologia, para detecção de anticorpos IGM e IGG, pela metodologia de imunocromatografia, tal atividade encontra-se submetida, dentre outros, ao atendimento das disposições previstas na mencionada RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, da Anvisa.

4.5.5. Especificamente, para a prestação dos serviços objeto desta contratação, nos termos do já citado item 19.5.1. do Termo de Referência, será exigida a licença sanitária para exercer a atividade de laboratório, nos termos da RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005.

4.5.6. Registra-se que o item 51.2 da RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, da Anvisa, estabelece que *o laboratório clínico e o posto de coleta laboratorial devem possuir um profissional legalmente habilitado como responsável técnico*.

4.5.7. Dessa forma, considerando a exigência editalícia da licença sanitária para exercício da atividade de laboratório, infere-se que o estabelecimento portador da mencionada licença possui, necessariamente, responsável técnico habilitado no Conselho profissional respectivo, conforme preceitua a RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, da Anvisa.

4.5.8. Para além disso, aponta-se o disposto no item 10.29 do Termo de Referência:

10.29 Manter, durante o período de realização dos exames, um **médico, apresentando o registro no Conselho Regional de Medicina - CRM**, que tenha domínio em infectologia, para supervisão clínica e operacional dos procedimentos realizados e orientação dos servidores e colaboradores. Durante todos os dias de atividade de aplicação dos testes, o médico da CONTRATADA deverá estar disponível pessoalmente ou por telefone para sanar dúvidas. (Grifo nosso)

4.5.9. Portanto, a exigência de registro do responsável técnico da licitante junto ao Conselho respectivo encontra-se devidamente atendida nos requisitos da contratação e nas obrigações da contratada, em particular, na premissa que diz respeito à apresentação de licenciamento sanitário para atuar como laboratório clínico, em conformidade com o disposto na RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, da Anvisa.

DA EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES):

4.5.10. Os critérios de seleção do fornecedor estão dispostos nos itens 19 do Termo de Referência da contratação, sendo:

19.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.4 Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o licitante executou atividades compatíveis em características com o objeto desta licitação e que comprova o fornecimento e aplicação em massa de pelo menos 500 (quinhentos) exames, conforme especificações deste Termo de Referência.

19.4.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

19.4.2 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.5 Prova de atendimento aos requisitos da legislação sanitária:

19.5.1 Apresentar licença sanitária emitida pelo órgão competente de vigilância sanitária, que comprove liberação específica para atuar no ramo de fornecimento e aplicação de exames laboratoriais, conforme RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 302, DE 13 DE OUTUBRO DE 2005 da ANVISA.

19.5.2 Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE). (Grifo nosso)

4.5.11. O Cadastro Nacional dos estabelecimentos de Saúde (CNES) foi instituído por meio da Portaria n.º 1.646, de 2 de outubro de 2015, a qual aduz em seu artigo 4º o que se segue:

Art. 4º O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são obrigatórios para que todo e qualquer estabelecimento de saúde possa funcionar em território nacional, **devendo preceder aos licenciamentos necessários ao exercício de suas atividades**, bem como às suas renovações. (Grifo nosso)

4.5.12. Cabe mencionar, também, o disposto no art. 21 da Portaria n.º 1.646, de 2015:

Art. 21. Excetuando-se os casos previstos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações existentes no CNES serão públicas e de amplo acesso.

§ 1º O Ministério da Saúde proverá o meio para disponibilizar acesso público aos dados constantes na base de dados nacional do CNES.

4.5.13. Não resta dúvida de que o estabelecimento deverá possuir cadastro no CNES que, como destacado, é compulsório a TODOS aqueles que prestam atendimento à saúde no país.

4.5.14. Nessa linha, registra-se que o cadastro do estabelecimento no CNES é obrigatório para obtenção dos licenciamentos necessários às atividades, dentre eles, o licenciamento sanitário, bem como para as renovações nos termos do artigo 4º da Portaria n.º 1.646, de 2015.

4.5.15. Importa evidenciar que a consulta ao CNES possui natureza pública e de amplo acesso, sendo, atualmente, disponibilizada no seguinte endereço eletrônico: <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>.

4.5.16. Isto posto, tendo em vista a necessidade de apresentação da licença sanitária de laboratório clínico, que por sua vez implica em cadastro prévio no CNES, bem como considerando a natureza pública e de amplo acesso ao CNES, não se verifica necessário exigir comprovação específica de inscrição no referido Cadastro.

4.5.17. Informamos que todos os quantitativos relacionados no item de qualificação técnica se referem a menos de 50% (cinquenta por cento) das 3 (três) edificações situadas à Esplanada dos Ministérios, que se tratam de parcela de maior relevância, haja vista o rol de edificações elencadas no item 4 do Termo de Referência.

4.5.18. Por este motivo não há como prescindir nem substituí-las, pois a exigência do presente item possui total base legal para assim ter sido definida.

DA CONCLUSÃO

4.5.19. Diante do exposto, após detida análise da peça impugnatória, considerando as razões supramencionadas, opina-se pelo indeferimento da impugnação no tocante aos pleitos de (i) alteração do item 10.8.7.1. do edital, para que se exija a demonstração de licenciamento sanitário de laboratório clínico, não se admitindo a de mero posto de coleta; (ii) exigência de demonstração de certificado de registro de responsabilidade técnica da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Medicina, ou ao Conselho Regional de Farmácia ou ao Conselho Regional de Biomedicina do Distrito Federal, local em que o serviço será prestado; e a (iii) exigência de demonstração de inscrição no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES).

5. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

5.1. Considerando o princípio da isonomia e estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, ratifica-se a manifestação da área técnica.

5.2. Os requisitos estabelecidos no presente Edital evidenciam as exigências mínimas necessárias à garantia da regular execução contratual, ponderados seus impactos em relação à competitividade do certame. As exigências são razoáveis e não comprometem o caráter competitivo do certame, tendo em vista a dimensão da presente contratação, conforme detalhamento do Termo de Referência.

6. DA DECISÃO

6.1. Diante do exposto, **CONHEÇO DA IMPUGNAÇÃO**, uma vez que presente os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, subsidiado pela área técnica demandante, e com lastro nos posicionamentos levantados, decido pela **IMPROCEDÊNCIA** do **Pedido de Impugnação nº 1 ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 08/2021** interposto pela empresa **Centro Médico de Check Up LTDA, CNPJ nº 14.465.981/0001-57**.

6.2. É a decisão.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO DE OLIVEIRA DA ROSA, Pregoeiro(a)**, em 28/05/2021, às 16:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14789952** e o código CRC **62CB0E31**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



Referência: Processo nº 08007.003298/2020-11

SEI nº 14789952